

**Instrumento nº 041/2023**

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº  
01/2023 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DO  
RIO DE JANEIRO, POR SUA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ESPORTES, E A  
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE  
CIVIL INSTITUTO REALIZANDO O  
FUTURO.**

Aos 28 dias do mês de julho de 2023 de um lado o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esportes, **Sr. GUILHERME NOGUEIRA SCHLEDER**, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro o **INSTITUTO REALIZANDO O FUTURO**, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na Rua Januario Barbosa nº 60 - Taquara, Rio de Janeiro/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 13.164.086/0001-30, neste ato representado por seu Representante Legal, o Sr. Felipe Dias do Nascimento, portador da carteira de identidade nº 12625441-6 expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 130.775.647-69, após regular o Chamamento Público nº 01/2023 com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal datada de 26 de julho de 2023, devidamente publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, em 27 de julho de 2023, às fls. 33, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:



## **CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; do Decreto nº 42696 de 2016; do Decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, de 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público n.º 01/2023, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente TERMO tem por objeto a **IMPLANTAÇÃO DA MUSEOGRAFIA, INCLUINDO A CONTRATAÇÃO DA PRODUÇÃO, CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DOS SISTEMAS EXPOGRÁFICOS PARA O MUSEU RIO OLÍMPICO**, bem como a promoção de todas as atividades constantes no Plano de Trabalho e na Planilha de Custos (Anexo I).

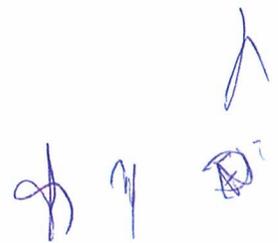
## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

- (i) Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme descrito no Plano de Trabalho;



- (ii) Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista na Planilha de Custos (Anexo I);
- (iii) Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;
- (iv) Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;
- (v) Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;
- (vi) Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;
- (vii) Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item I desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- (viii) Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;
- (ix) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;



(x) Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

(xi) Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária no Banco Santander, apresentando o extrato zerado da referida conta à Gerência de Contratos e Convênios;

(xii) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

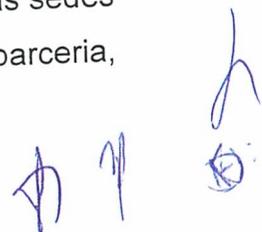
(xiii) Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

(xiv) Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

(xv) Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

(xvi) Apresentar relatórios de Execução do Objeto e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro;

(xvii) Divulgar a presente parceria na internet em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a presente parceria,



na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42.696/2016;

(xviii) Na hipótese de haver contrapartida deverá ser discriminada e deverá ser prevista a forma de sua aferição em bens e/ou serviços necessários à consecução do objeto, na forma do parágrafo primeiro do Artigo 35 da Lei nº 13.019/2014 e Artigo 22, §1º do Decreto Municipal nº 42696/2016.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

(i) Através da Secretaria Municipal de Esportes, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do Plano de Trabalho (ANEXO I) objeto do presente TERMO;

(ii) Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

(iii) Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

(iv) Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES**

É vedado, no âmbito desta parceria:

(i) Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

(ii) Remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

Municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento;

- (iii) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- (iv) Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- (v) Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;
- (vi) Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- (vii) Realizar despesas com:
  - (a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
  - (b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
  - (c) Pagamento de pessoal contratado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
  - (d) Obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.



## **CLÁUSULA SEXTA – DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS**

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO**

O prazo do presente TERMO é de 10 (dez) meses<sup>1</sup>, a contar da data de sua assinatura.

**Parágrafo Primeiro:** O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.<sup>2</sup>

**Parágrafo Segundo:** A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de sua vigência.<sup>3</sup>

**Parágrafo Terceiro:** O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na

<sup>1</sup>Conforme art.25 do Decreto nº 42696/2016, o prazo máximo inicial do Termo é de 12 meses.

<sup>2</sup>O presente parágrafo só deverá constar nos termos de colaboração que contenham metas de caráter continuado.

<sup>3</sup>Em qualquer hipótese dos parágrafos primeiro e segundo, a prorrogação da vigência somente produzirá efeitos se autorizada pela autoridade pública responsável, com a respectiva publicação no D.O., dentro do período de vigência.

*[Handwritten signatures and initials]*

liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária – FINCON.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES**

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) Por Termo Aditivo à parceria para:

(a) Ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;

(b) Redução do valor global, sem limitação de montante;

(c) Prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;

(d) Alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

(ii) Por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

(a) Utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou

(b) Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

**Parágrafo Único:** Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:



0) Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e

0) Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

Nos termos do Decreto Municipal nº 42.696/2016, o reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência do termo de colaboração, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

(i) No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

(ii) Em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

**Parágrafo Primeiro:** Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

**Parágrafo Segundo:** O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Esportes.

**Parágrafo Terceiro:** Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do Termo ou como encerramento da vigência da

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

O valor do presente TERMO é de R\$ 40.140.080,61 (quarenta milhões, cento e quarenta mil e oitenta reais e sessenta e um centavos), e correrá a conta do **PT 25.01.27.812.0642.2087, Natureza de Despesa 3.3.50.85.12, Fonte 1.501.1.00** e será pago em 5 (cinco) parcelas bimestrais, nos valores discriminados abaixo, tendo sido emitida a Nota de Empenho Nº 2023/000243, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ficando os próximos empenhos atrelados a competência da parcela.

1º Parcela	R\$ 8.028.016,13
2º Parcela	R\$ 8.028.016,12
3º Parcela	R\$ 8.028.016,12
4º Parcela	R\$ 8.028.016,12
5º Parcela	R\$ 8.028.016,12

**Parágrafo Primeiro:** O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que estes ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas. Quando os recursos forem repassados em três ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela, e assim sucessivamente, de modo que se permita à instituição possuir em sua conta o montante correspondente a um repasse inicial previsto no cronograma. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

**Parágrafo Segundo:** Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade, conforme descrito no subitem 16.01 do Edital.

**Parágrafo Terceiro:** A primeira parcela será liberada em até 30 (trinta) dias

*h*  
*11*  
*10*

após a celebração do TERMO e as demais, trimestralmente, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

**Parágrafo Quarto:** É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

**Parágrafo Quinto:** Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária no Banco Santandere, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

**Parágrafo Sexto:** Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

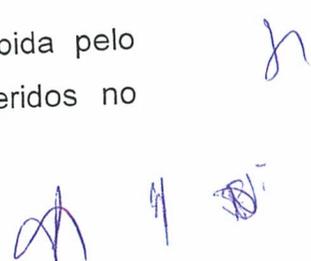
**Parágrafo Sétimo:** Na eventual celebração de Termos Aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

**Parágrafo Primeiro:** A prestação de contas será instruída com os documentos indicados na Resolução CGM nº.1.285/2017 e suas alterações.

**Parágrafo Segundo:** A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no



**Parágrafo Terceiro:** No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Quarto:** Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**Parágrafo Quinto:** Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: “Prestação de Contas nº XXX/XXXX – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2023, entre a Instituto Realizando o Futuro e a Secretaria Municipal de Esportes”.

**Parágrafo Sexto:** A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O MUNICÍPIO, por meio de um Gestor ou Comissão Gestora da Parceria (a ser designada mediante ato administrativo a ser publicado em Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O.RIO) emitirá, relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada no presente TERMO.

**Parágrafo Primeiro:** O relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo Gestor e/ou Comissão Gestora será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação (a ser designada mediante ato administrativo a ser publicado em Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O.RIO), que

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

o homologará, independente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas de vida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

**Parágrafo Segundo:** O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria será adstrito aos elementos descritos com o artigo 42, §1º do Decreto Municipal nº42.696/2016, sem prejuízo de outros elementos destinados ao monitoramento e avaliação da parceria, caso o **MUNICÍPIO** entenda que sejam necessários.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 42.696/2016, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no Inciso

(ii).

dh 3 10 h

**Parágrafo Único:** As sanções estabelecidas nos Incisos ii e iii são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Esportes, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

**Parágrafo Primeiro:** Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

**Parágrafo Segundo:** O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**Parágrafo Terceiro:** O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

*h*  
*h m i*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA**

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidade sem relação à conclusão ou extinção do trabalho e mandamento.

**Parágrafo Único:** Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

**Parágrafo Único:** Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

h

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



**Rio**

PREFEITURA

**ESPORTES**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- (I) retomar os bens públicos empoderada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- (II) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

*h*  
*ch 1* *10'*

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

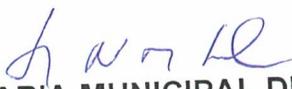
O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

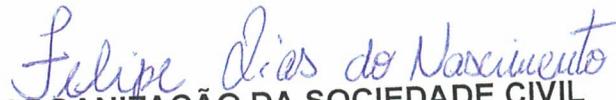
**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmamos presente TERMO em 02 (duas) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.,

RiodeJaneiro, 28 de julho de 2023

  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

  
**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Felipe Dias do Nascimento  
Diretor Presidente  
INSTITUTO REALIZANDO O FUTURO  
13.164.086/0001-30

Testemunhas:



**Marcelo Bittencourt Leite**  
Assessor I - SMEL  
Matricula 60/332.480-3

 **Assessoria Jurídica - 120 15786716**

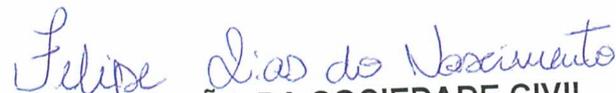


**ANEXO I - A**

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023.

  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

  
**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**  
Felipe Dias do Nascimento  
Diretor Presidente  
INSTITUTO REALIZANDO O FUTURO  
13.164.086/0001-30

**ANEXO I - B**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal N.º 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada. Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido. Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.”

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023.

  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

  
**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Felipe Dias do Nascimento  
Diretor Presidente  
INSTITUTO REALIZANDO O FUTURO  
13 164 086/0001-30



**Objeto:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 124/2021, a prorrogação de prazo, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/06/2023 até 31/05/2024, e acréscimo de valor na ordem de R\$ 124.347,78 (cento e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos), que representa o percentual de 3,43% em relação ao 1º Termo Aditivo, com fundamento no art. 25, caput, art. 26, incisos I e II, e art. 38, inciso I, alínea "c" do Decreto Rio n.º 42.696/2016 e suas alterações, no parágrafo primeiro da Clausula Sétima e na Clausula Nona do Termo de Colaboração n.º 124/2021, mantendo-se o mesmo objeto e as demais condições pactuadas.

**Valor Total:** R\$ 3.748.264,35 (três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

**Programa de Trabalho:** 17.03.08.244.0630.2028.

**Natureza da Despesa:** 3.3.50.85.02

**Notas de Empenhos n.º:** 2023/000351.

**Fundamentação:** Art. 25, caput, art. 26, incisos I e II, e art. 38, inciso I, alínea "c" do Decreto Rio n.º 42.696/2016 de 26 de dezembro de 2016.

\*Omitido no D.O. Rio de 20.06.2023

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Processo Instrutivo n.º:** 08/004.138/2019

**2º Termo Aditivo n.º 025/2023 ao Termo de Colaboração n.º 123/2021**

**Data da assinatura:** 01.06.2023

**Partes:** SMAS e o CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CIEDS.

**Objeto:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 123/2021, a prorrogação de prazo, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/08/2023 até 31/05/2024, e acréscimo de valor na ordem de R\$ 174.026,51 (cento e setenta e quatro mil, vinte e seis reais e cinquenta e um centavos), que representa o percentual de 3,89% em relação ao 1º Termo Aditivo, com fundamento no art. 25, caput, art. 26, incisos I e II, e art. 38, inciso I, alínea "c" do Decreto Rio n.º 42.696/2016 e suas alterações, no parágrafo primeiro da Clausula Sétima e na Clausula Nona do Termo de Colaboração n.º 123/2021, mantendo-se o mesmo objeto e as demais condições pactuadas.

**Valor Total:** R\$ 4.642.803,10 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e três reais e dez centavos).

**Programa de Trabalho:** 17.03.08.244.0630.2028.

**Natureza da Despesa:** 3.3.50.85.02

**Notas de Empenhos n.º:** 2023/000350.

**Fundamentação:** Art. 25, caput, art. 26, incisos I e II, e art. 38, inciso I, alínea "c" do Decreto Rio n.º 42.696/2016 de 26 de dezembro de 2016.

\*Omitido no D.O. Rio de 20.06.2023

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

**PROCESSO INSTRUTIVO N.º:** 08/000.804/2022

**INSTRUMENTO CONTRATUAL N.º:** 030/2023 Livro SMAS n.º 003

**DATA DA ASSINATURA:** 03/07/2023

**PARTES:** Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e a Fluvia Mattos de Azevedo.

**OBJETO:** Locação do imóvel situado na Rua Viúva Dantas, n.º 683 - Campo Grande - RJ para implantação do CRAS Coelha Meireles

**PRAZO:** 30 meses 03/07/2023 a 02/01/2026

**VALOR TOTAL:** R\$ : 129.000,00

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 17.01.08.244.0628.2040

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.36.14

**FONTE DE RECURSOS:** 1.500.1.00

**NOTA DE EMPENHO N.º:** 248

**FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.245 de 19/10/1991 e suas alterações.

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB  
DIRETORIA JURÍDICA - DJU  
EXTRATO DE CONTRATO  
EXPEDIENTE DE 28/07/2023**

**Processo Instrutivo n.º:** 01/500.683/2023

**Contrato:** 044/2023

**Data de Assinatura:** 07/07/2023

**Partes:** COMLURB e MASCARENHAS & LEMOS CONSTRUÇÕES LTDA.

**Objeto:** Prestação dos serviços de reforma e adequação das bases operacionais/ecopontos no seguinte local: Rua Governador Leonel Brizola, s/nº - Rio das Pedras/Jacarepaguá (item 01)

**Prazo:** 4 (quatro) meses, a partir da data da sua assinatura ou da data do memorando de início

**Valor:** R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais).

**Programa de Trabalho:** 4351.18.543.0051.4637

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.60

**Nota de Empenho:** 2023/001259

**Fundamento:** Lei n.º 13.303/16 e Lei n.º 14.133/21

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB  
DIRETORIA JURÍDICA - DJU  
EXTRATO DE CONTRATO  
EXPEDIENTE DE 28/07/2023**

**Processo Instrutivo n.º:** 01/500.683/2023

**Contrato:** 045/2023

**Data de Assinatura:** 07/07/2023

**Partes:** COMLURB e MASCARENHAS & LEMOS CONSTRUÇÕES LTDA.

**Objeto:** Prestação dos serviços de reforma das bases operacionais/ecopontos no seguinte local: Estrada de Jacarepaguá, n.º 4.460 - Jacarepaguá (item 02)

**Prazo:** 4 (quatro) meses, a partir da data da sua assinatura ou da data do memorando de início

**Valor:** R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais).

**Programa de Trabalho:** 4351.18.543.0051.4637

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.60

**Nota de Empenho:** 2023/001260

**Fundamento:** Lei n.º 13.303/16 e Lei n.º 14.133/21

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB  
DIRETORIA JURÍDICA - DJU  
EXTRATO DE CONTRATO  
EXPEDIENTE DE 28/07/2023**

**Processo Instrutivo n.º:** 01/500.683/2023

**Contrato:** 046/2023

**Data de Assinatura:** 07/07/2023

**Partes:** COMLURB e MASCARENHAS & LEMOS CONSTRUÇÕES LTDA

**Objeto:** Prestação dos serviços de reforma das bases operacionais/ecopontos no seguinte local: Avenida Eng. Souza Filho, s/nº - Rio das Pedras (item 03)

**Prazo:** 4 (quatro) meses, a partir da data da sua assinatura ou da data do memorando de início

**Valor:** R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**Programa de Trabalho:** 4351.18.543.0051.4637

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.60

**Nota de Empenho:** 2023/001261

**Fundamento:** Lei n.º 13.303/16 e Lei n.º 14.133/21

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL  
E INTEGRIDADE PÚBLICA  
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO  
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

**Processo RIO n.º:** IPL-PRO-2023/00106

**Contrato IplanRio n.º:** 014/2023

**Data da assinatura:** 26/07/2023

**Partes:** Empresa Municipal de Informática S.A. - IPLANRIO e LJ CONTROL DEDETIIZAÇÃO LTDA

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de controle integrado de vetores biológicos e pragas urbanas, incluindo controle e desinfestação contra insetos voadores e raspêem e desratização, a ser realizado em todas as localidades que compõem a Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO, com fornecimento de material, ferramentas, utensílios, equipamentos e pessoal, conforme as especificações constantes do Termo de Referência do Processo IPL-PRO-2023/00106.

**Vigência:** 26/07/2023 até 25/07/2025

**Valor total:** R\$ 12.720,00 (doze mil, setecentos e vinte reais)

**Programa de Trabalho:** 56.51.04.122.0389.4169

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.30.04

**Nota de Empenho n.º:** 2023/000439

**Valor do Empenho:** R\$ 3.180,00 (três mil, cento e oitenta reais)

**Fundamento:** Artigo 29 inciso II da Lei 13303 de 30/06/2016

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo:** n.º 40/100.584/2023

**Identificação do Instrumento:** Contrato n.º 28/2023.

**Data da assinatura:** 27/07/2023.

**Partes:** TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO e GENTE SEGURADORA S.A.

**Objeto:** Serviços de seguro para os automóveis da frota de veículos oficiais do TCMRio.

**Prazo:** 12 meses.

**Valor:** R\$ 35.900,00.

**Empenho:** n.º 382 de 26/07/2023, no valor de R\$ 35.900,00.

**Programa de Trabalho:** 210.1.01.032.0004.2051.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.15.

**Fundamento do Instrumento:** Lei 14.133/2023 e autorização da Senhora Secretária-Geral da Presidência, à peça 072 do processo instrutivo, publicada no D.O. RIO n.º 89 de 25/07/2023.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo n.º:** ESL-PRO-2023/00089

**Instrumento Jurídico n.º:** 041/2023

**Data da Assinatura:** 28/07/2023.

**Partes:** O Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Municipal de Esportes e a Instituto Realizando O Futuro.

**Objeto:** A implantação da museografia, incluindo a contratação da produção, construção e montagem dos sistemas expográficos para o museu Rio Olímpico.

**Prazo:** 10 (dez) meses.

**Valor:** R\$ 40.140.080,61 (quarenta milhões, cento e quarenta mil e oitenta reais e sessenta e um centavos).

**Programa de Trabalho:** 25.01.27.812.0642.2087.

**Natureza de Despesa:** 3.3.50.85.12.

**Fonte de Recursos:** 1.501.1.00.

**Nota de Empenho:** 2023/000243.

**Valor do Empenho:** R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

**Fundamento:** Lei Federal n.º 13.019/2014 e no Decreto Municipal n.º 42.696/2016 e suas alterações.

**GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo:** GM-PRO-2023/00891

**Contrato n.º:** 011/2023.

**Data da Assinatura:** 28/07/2023

**Partes:** Guarda Municipal do Rio de Janeiro e COMBRAS 2000 COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE CONTÊINERES LTDA

**Objeto:** É a prestação de serviços de Locação de Contêineres Sanitários para as Unidades da Guarda Municipal

**Prazo:** 31/07/2023 à 30/07/2024

**Valor Total:** R\$ 100.800

**Programa de Trabalho:** 3931.06.181.0601.4564

**Natureza da Despesa:** 4.4.90.52.16

**Nota de Empenho:** 2023/000317

**Fundamento:** Artigo 1, caput da Lei n.º 10.520/2002 e suas alterações.

ESPORTE

# DO

# ESPORTE

# PORTE

AO TRANSPORTE

DO

ESPORTE

TE

»»»»

»»»»

»»»»

**QUER SABER? SEGUE A PREF**

@prefeitura\_rio